



Comitê de Representantes

Aprovada na 1095ª sessão

ALADI/CR/Ata 1088
18 de agosto de 2010
Horário: 10h05m às 10h35m

ATA DA 1088ª SESSÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
2. Assuntos em Pauta.
3. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio (ALADI/SEC/di 2357 e ALADI/CR/PA 146)
4. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas.
5. Relatório da LI Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.
6. Assuntos diversos.
 - O Secretário-Geral refere-se à avaliação de desempenho dos funcionários da Secretaria-Geral.

Preside:

JUAN EDUARDO BURGOS SANTANDER

Assistem: Roxana Cecilia Sánchez (Argentina); Salvador Ric Riera, Jenny Encinas (Bolívia); Regis Percy Arslanian, José Humberto de Brito Cruz, André Saboia Martins e George de Oliveira Marques (Brasil); Juan Eduardo Burgos Santander e Constanza Alegría Pacull (Chile); Alicia Roa Leguizamón (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); René Fernández Miño e Ivonne Flores Espinoza (Equador); Dora Rodríguez Romero e Jorge Fernando Anaya González (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Raúl Cano Ricciardi (Paraguai); Oscar Roca Ferrand e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena e Linda Rabbaglietti (Uruguai); Julio Chirino Rodríguez e Cecilio Crespo (Venezuela); Digna M. Donado (Panamá).

Secretário-Geral: José F. Fernández Estigarribia

Subsecretários: Ricardo Hartstein e Oscar Quina Truffa.

PRESIDENTE. Bom dia. Iniciamos a 1088ª sessão ordinária, com a aprovação da Ordem do Dia.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...À consideração a Ordem do Dia. Não havendo observações, daríamos por aprovada.

Algun comentário, reflexão ou observação sobre a Ordem do Dia? Caso contrário, daríamos por aprovada. Aprova-se, então.

2. Assuntos em Pauta

...Próximo ponto, assuntos em pauta. Oferece-se a palavra ao Secretário-Geral para informar sobre os assuntos em pauta.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. No documento que consta na pasta dos senhores Representantes, são indicadas as notas e os documentos, dos quais destacamos:

Nota recebida da Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL, por meio da qual comunica transferência bancária de U\$S 234.235,93 correspondente à quitação do pagamento do exercício orçamentário do ano 2010, e despesa financeira do ano 2009. Agradece-se especialmente ao governo do Uruguai, através da Representação do país Sede.

A nota recebida da Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL por meio da qual comunica a designação do Conselheiro Roberto Goidanich para prestar serviço na Delegação a partir de 4 de agosto de 2010.

Nota da Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL pela qual comunica que o Ministro Boris Svetogorsky deixou de prestar funções na Representação a partir de 4 de agosto de 2010. Através da Representação do Uruguai, solicitamos que seja transmitido ao Ministro o desejo de muito êxito em suas novas funções na Chancelaria Uruguia.

Nota da Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI e ao MERCOSUL, mediante a qual comunica a designação da funcionária diplomática Olga Mercedes Fuenmayor como Adida 1. Obrigado, senhor Presidente.

“Designações e término de funções

1. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 116, de 6/08/2010.

Comunica designação do Conselho Roberto Goidanich para prestar serviços na Delegação, a partir de 4 de agosto de 2010.

2. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 386/10, de 9/08/2010.

Comunica que o Ministro Boris Svetogorsky cessou funções na Representação, a partir de 4 de agosto de 2010.

3. Representação Permanente da República Bolivariana da Venezuela junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° II.2.U3.E1/REP 1526, de 9/08/2010.

Comunica designação da funcionária diplomática Olga Mercedes Fuenmayor como Adida I.

Contribuições recebidas ao orçamento da Associação

1. Representação Permanente do Uruguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota N° 389/10, de 9/08/2010.

Comunica transferência bancária de US\$ 234.235,93 correspondente à quitação do pagamento do exercício orçamentário do ano 2010 e despesas financeiras do ano 2009.

Convites

1. Brasil. Prefeitura de Curitiba. Comunicação, de 6/08/2010. Envia convite para o Simpósio Internacional "O valor da Natureza para o Desenvolvimento local: uma oportunidade econômica real a ser aproveitada" (Curitiba-Brasil, 9-10.09.2010).

2. Nações Unidas. Nota STAT 110 (7), de 9/08/2010. Convida para participar do "World Statistics Day".

3. SELA-CALC. Nota PC-RBV/01/2010, de 10/08/2010. Convida para participar da "Reunião entre os mecanismos regionais e sub-regionais de integração na América Latina e Caribe" (Sede do SELA, Caracas-Venezuela, 15-16/09.2010).

Documentos publicados

1. Relatório do Secretário-Geral sobre a evolução do processo de integração regional durante 2008-2009 (ALADI/SEC/di 2354).

2. Termos de Referência. Seminário-Oficina: Inovação em mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs (ALADI/SEC/di 2357).

3. Projeto de Acordo. Convocatória. Termos de Referência. Seminário-Oficina: Inovação em mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs (ALADI/CR/PA 146).

4. Quinquagésima Primeira Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários – Relatório (ALADI/CAFMLI/Relatório).

5. Quarta Reunião de Negociação, Regime Geral de Origem – Relatório (ALADI/RN.RGO/IV/Relatório).”

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral.

3. Relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio

...Passamos ao ponto 3 da Ordem do Dia, relatório do Coordenador do Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio. Oferece-se a palavra à Delegação Permanente do Brasil, que coordena o Grupo de Trabalho de Facilitação do Comércio.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Muito obrigado, senhor Presidente.

O Grupo de Trabalho sobre Facilitação do Comércio, iniciando seus trabalhos nesta nova configuração, realizou, nos dias 5 e 8 de agosto, na verdade, no dia 11 de agosto também, uma reunião com o objetivo de examinar, entre outros temas, a organização de um Seminário-Oficina sobre Inovação em mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs, as micro, pequenas e médias empresas.

O grupo tem em sua agenda vários outros temas hoje em dia, mas focarei este ponto porque é sobre o qual houve acordo no grupo que já existiria consenso para submeter à consideração uma recomendação ao Comitê de Representantes. O Seminário-Oficina sobre financiamento das MPMEs é uma atividade prevista no orçamento por programas no capítulo 5 da Resolução 358 deste Comitê.

A boa notícia a ser informada hoje é que, nas reuniões recentes, o Grupo de Trabalho conseguiu finalizar a discussão sobre os termos de referência para o Seminário-Oficina e os resultados das deliberações do grupo constam no documento ALADI/SEC/di 2357, incluído nas pastas das Representações.

Da mesma maneira, por uma solicitação do Grupo de Trabalho, a Secretaria-Geral preparou e distribuiu um projeto de Acordo para a convocatória do Seminário-Oficina, para a aprovação por este Comitê dos termos de referência. O projeto consta do documento ALADI/CR/PA 146, que está incluído na documentação de suas pastas.

Se o senhor me permite, Presidente, lembraria rapidamente os antecedentes da iniciativa de convocatória deste seminário, mencionando que talvez o primeiro impulso nesta direção surgiu da declaração sobre a crise econômica internacional adotada na XV Reunião do Conselho de Ministros da ALADI, que exortou a que, entre outras ações, fosse analisada a criação de mecanismos específicos para o financiamento do comércio intra-regional e de mecanismos que atendam, especialmente, às necessidades dos PMDEs e das MPMEs.

O tema também tem raízes nas reuniões do CASE, e nas duas reuniões de Responsáveis Governamentais MPMEs realizadas no âmbito desta Associação, bem como nos resultados do Fórum ALADI “alianças público privadas para a internacionalização de MPMEs”, realizado em junho passado.

O seminário-oficina que hoje se submete à consideração deste Comitê teria como objetivos, entre outros, os seguintes:

- Analisar os desafios que o novo contexto internacional impõe na formulação e na aplicação de políticas e instrumentos de promoção e financiamentos a MPMEs no processo de internacionalização.

- Conhecer e analisar os principais instrumentos financeiros em apoio à internacionalização das MPMEs disponíveis nos países-membros, associações regionais e instituições financeiras dedicadas a esta temática no âmbito regional.

- Finalmente, promover a colaboração entre instituições encarregadas do financiamento das MPMEs e destas com a ALADI para desenvolver ações conjuntas.

A realização do seminário seria feita em conjunto com a ALIDE, mas, obviamente, com a coordenação da Secretaria-Geral da ALADI. A data proposta para a realização do seminário é 5 de outubro de 2010, e esta data foi escolhida levando em conta que, nesta semana, estará sendo realizado, em Montevidéu, o Décimo Terceiro Fórum Interamericano da Micro Empresa, organizado pelo BID, do qual deverão participar autoridades dos países-membros, e, por isso, considera-se que será possível contar com uma presença significativa de Delegados dos países-membros no seminário-oficina também.

Com estas considerações, Presidente, eu, como Coordenador do Grupo, transmito ao Comitê de Representantes a recomendação de aprovação dos termos de referência e da convocatória do Seminário-Oficina. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Delegação do Brasil, pelo relatório correspondente.

Submete-se à consideração dos senhores Representantes o projeto de acordo 146, conhecido como Convocatória, termos de referência, Seminário-Oficina Inovação nos mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs.

Não havendo comentários, observações ou reflexões sobre o tema, aprova-se e o acordo fica registrado com o Nº 315.

“ACORDO 315

CONVOCATÓRIA

TERMOS DE REFERÊNCIA. SEMINÁRIO-OFICINA: INOVAÇÃO EM MECANISMOS DE FINANCIAMENTO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS MPMEs

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA as Resoluções 59 (XIII) e 73 (XV) do Conselho de Ministros e a Resolução 358 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO que a Resolução 358 do Comitê de Representantes incluiu no Orçamento por Programas da Associação para o ano 2010 a realização do Seminário-Oficina: Inovação em mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs,

ACORDA:

PRIMEIRO.- Convocar o Seminário-Oficina: Inovação em mecanismos de financiamento para a internacionalização das MPMEs para 5 de outubro de 2010.

SEGUNDO.- Aprovar os termos de referência contidos no documento ALADI/SEC/di 2357, de 11 de agosto de 2010, e que fazem parte do presente Acordo”.

4. Relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas

...Passamos ao ponto quatro da Ordem do Dia, o relatório da Coordenadora do Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas.

Oferece-se a palavra à Representação Permanente do México, que coordena o Grupo de Trabalho de Serviços e Novos Temas.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito obrigada, Presidente. Informamos sobre nossa primeira reunião como Grupo de Trabalho sobre Serviços e Novos Temas, realizada em 16 de agosto, que responde à reestrutura dos Grupos de Trabalho aprovada recentemente pelo Comitê.

Nesta primeira reunião, foi feita uma revisão do estado de situação das atividades previstas no programa de 2010, que correspondem aos temas aos quais o Grupo de Trabalho deve dar tratamento e acompanhamento. Dessa maneira, as atividades que revisamos nessa reunião foram as seguintes:

A implementação da Resolução 72 (XV), ou seja, as atividades relacionadas com a implementação da Resolução do Conselho de Ministros sobre o comércio de serviços para o que estão previstas duas oficinas que serão realizadas nos dias 31 de agosto, 1 e 2 de setembro, sobre estatísticas de serviço e regulamentação das normas em serviços profissionais.

Estas oficinas foram oportunamente informadas ao Comitê e convocadas. A esse respeito, a Secretaria-Geral informou que não se contará com a participação e a cooperação da UNCTAD, razão pela qual a Secretaria está realizando os correspondentes ajustes dos programas destas duas atividades, que serão realizadas conforme o previsto em nosso programa de 2010.

Com base nisso e com o fim de trabalhar de forma sistêmica a cooperação com organismos, considerou-se conveniente seu tratamento no âmbito da Comissão de Orçamento e Assuntos Institucionais para o programa 2011.

Entre as atividades que correspondem a este Grupo de Trabalho, senhor Presidente, citamos a elaboração de três estudos, nos quais a Secretaria está trabalhando e sobre os quais apresentará seus avanços na próxima reunião do Grupo de Trabalho.

Quanto às reuniões de autoridades do setor Turismo e de Funcionários Governamentais sobre a competitividade em ciência, tecnologia e inovação na ALADI, estas atividades estavam programadas para os meses de junho e julho, e ao não terem sido realizadas, o Grupo considerou conveniente seu cancelamento.

Finalmente, solicitou-se à Secretaria que, para a próxima reunião do Grupo de Trabalho, apresentasse um projeto de programa de atividades para o ano 2011, e, a esse respeito, foi assinalada a conveniência de trabalhar juntamente com o Grupo sobre acesso a mercado no Acordo Regional para o intercâmbio de bens e serviços culturais, educacionais e científicos, bem como sobre o Acordo Quadro de Cooperação Científica e Tecnológica, projetando nossos trabalhos fundamentalmente ao fomento da sociedade do conhecimento.

Isso é tudo o que teria a informar sobre a reunião, senhor Presidente. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Representação do México, pelo relatório sobre o Grupo de Trabalho de Serviço e Novos Temas. Submete-se à consideração dos presentes o relatório.

5. Relatório da LI Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários

...Ao não haver observações, passamos ao seguinte ponto. O ponto cinco da Ordem do Dia é o relatório da Quinquagésima Primeira Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários.

Oferece-se a palavra à Secretaria-Geral para que informe sobre os resultados da Quinquagésima Primeira Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários, realizada na sede da Associação de 9 a 13 de agosto, e cujo relatório final foi publicado no documento ALADI/CAFM/LI/Relatório, que está na pasta das respectivas Representações.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Obrigado, Presidente. Bom dia. A Quinquagésima primeira reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários foi realizada na sede da ALADI na semana passada, de 9 a 13 de agosto, prévia convocatória realizada pela Secretaria-Geral e pelos Bancos Centrais membros do Convênio de Pagamentos.

Os temas tratados foram os seguintes: a análise do funcionamento do Convênio de Pagamento no ano 2009 e no primeiro quadrimestre de 2010, o relatório da Secretaria-Geral sobre a reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários de maio deste ano, os relatórios do centro de operações do CICAP e do Grupo de Trabalho sobre os webservice e um dos aspectos mais importantes foi o tratamento da solicitação de adesão do Banco Central da Nicarágua ao Convênio de Pagamentos.

A Comissão Assessora analisou a solicitação nos aspectos técnicos e recomendou ao Conselho a apresentação de uma recomendação e a decisão da solicitação de adesão por parte do Banco Central da Nicarágua.

Também analisou alguns temas vinculados com a adesão de outros Bancos Centrais, como a suspensão, que está de forma tácita, do Acordo de Santo Domingo, e encomendou à Secretaria-Geral a elaboração de um estudo jurídico para formalizar junto com os Governadores dos Bancos Centrais a suspensão do acordo de Santo Domingo.

Dada a vinculação do artigo 18 do Convênio de Pagamentos, quando um Banco Central solicita a adesão ao Convênio de Pagamentos, automaticamente também teria que aderir ao primeiro mecanismo do Acordo Santo Domingo. Este Acordo de Santo Domingo está suspenso desde 84, por um compromisso dos Bancos Centrais, mas não há nada assinado de maneira expressa, então encomendaram à Secretaria-Geral que, para a

próxima reunião da Comissão Assessora, que, em princípio, seria realizada no final de novembro do presente ano, apresentasse este relatório.

E, finalmente, a Secretaria-Geral também informou sobre os resultados da reunião de Santo Domingo do Convênio de Pagamentos, e me permito acrescentar que, desde ontem, na página web da ALADI, em reuniões técnicas, está disponível o relatório da reunião, bem como as apresentações feitas nesse âmbito.

Senhor Presidente, brevemente, esse é o relatório da Comissão. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, agradecemos o completo relatório ao senhor Secretário da Comissão. À consideração das Representações.

Ofereço a palavra ao Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Muito obrigado, Doutor Rognoni, pelo relatório sobre a reunião da Comissão Assessora. Tenho apenas uma curiosidade.

No seminário sobre o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos realizado aqui no ano passado, havia sido combinado que seria feita uma pesquisa junto ao setor privado, através dos Bancos Centrais, mas a Secretaria-Geral é que faria esta pesquisa, para saber quais são os problemas, os eventuais problemas, e quais seriam as sugestões do setor privado para melhorar o Convênio de Créditos Recíprocos. Como isso está? Por favor.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Sim, a Secretaria-Geral elaborou uma pesquisa entre março e a primeira quinzena de abril, onde se havia convidado os importadores, exportadores, câmaras empresariais e as instituições financeiras autorizadas a operar pelo convênio a responder uma pesquisa sobre os principais problemas que podiam detectar no uso do Convênio de Pagamentos.

A Secretaria-Geral fez o relatório, e os Bancos Centrais também fizeram seu relatório.

A Comissão havia considerado que os questionários tinham que ser respondidos pelos operadores de forma anônima, para não especificar quem respondia. Já com o tema das instituições financeiras, recebíamos os comentários de cada uma das instituições que estão autorizadas a operar pelo convênio.

O relatório da Secretaria enfocou especialmente o tema das instituições financeiras, dado que através delas é que se utiliza o Convênio de Pagamentos.

A maioria delas considerou que o Convênio de Pagamentos não era utilizado porque se desconhecia a existência de um Convênio de Pagamentos. Nesse caso, a Comissão Assessora, nesta última reunião, recomendou que a Secretaria-Geral fizesse um documento com os principais temas do Convênio de Pagamentos, como seus benefícios, seu âmbito jurídico, para que fosse apresentado aos Bancos Centrais um folheto explicativo do que é o Convênio de Pagamentos, e eles os ajustariam e se encarregariam de distribuí-lo e divulgá-lo, tanto na página web como por meio das instituições.

Independentemente disso, também solicitaram que a Secretaria-Geral fizesse o levantamento das empresas exportadoras e importadoras sobre o Convênio de Pagamentos. A Secretaria não havia elaborado esse relatório, devido ao fato de que considerava que não eram muito representativas as respostas dos operadores, dado o

mínimo número de entrevistados, pois, ao preenchimento ser voluntária, não havia obrigação de responder.

Por exemplo, no caso da Argentina, fizeram uma lista de doze mil empresas para as quais a pesquisa foi distribuída, e somente responderam 88. E se consideramos o número de respostas recebidas pelas empresas, não passamos de 250, de todas as empresas exportadoras e importadoras da América Latina. Não responderam porque não sabiam o que era o Convênio ou porque não lhes interessava, então, os Bancos Centrais consideram que um dos elementos que falta para o Convênio é uma maior difusão do mesmo. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Por favor, o senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (Regis Percy Arslanian). Perdão Presidente, isso foi iniciado, como o senhor sabe, em uma decisão dos Presidentes em Cancun, e tem uma importância muito grande para todos nós.

O relatório da Secretaria já foi distribuído a todos, e reúne as pesquisas das instituições financeiras, como o senhor disse, mas também do setor privado? Ou somente as instituições financeiras? Com isso, o relatório já está completo, ou seja, não haverá mais pesquisas?

PRESIDENTE. Obrigado. Ofereço a palavra ao Secretário.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). Sim, nós apresentamos um relatório da Secretaria sobre as pesquisas dos doze países que têm instituições financeiras autorizadas no Convênio, adicionalmente vamos apresentar um novo relatório na próxima reunião, que será realizada no fim de novembro aqui na sede da ALADI, sobre as respostas dos operadores econômicos, levando em conta essa dificuldade que não foram muitos os que responderam e que pode não ser representativa de todos os importadores e exportadores.

PRESIDENTE. Obrigado. Oferece-se a palavra ao senhor Representante Permanente do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Bem, em primeiro lugar, gostaria de agradecer o relatório da Secretaria. Em segundo lugar, uma questão, mera curiosidade, por que foi suspenso o Acordo de Santo Domingo?

PRESIDENTE. Por favor, Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Miguel Rognoni). O Acordo de Santo Domingo complementa o Acordo do México assinado em 65, na época da ALALC. O Acordo de Santo Domingo foi assinado em 69, e começou a funcionar em 71, e era utilizado como complemento ao Acordo do México para colaborar com aqueles Bancos Centrais que tivessem problemas ou dificuldades para pagar a compensação ao final do quadrimestre.

Em 81, esse Acordo de Santo Domingo foi modificado, e foram incorporados dois novos mecanismos, um para atender a balança de pagamentos, também por problemas dos Bancos Centrais, e outro para atender problemas para pagar a compensação devido a catástrofes naturais. O acordo funcionou até 83, pois, devido à época, ao tema da crise da dívida externa em 84, os Bancos Centrais começaram a ter dificuldades e não podiam fazer as contribuições para o Acordo de Santo Domingo.

O Acordo de Santo Domingo funciona através de contribuições dos Bancos Centrais de acordo com determinadas quotas. Os Bancos Centrais não puderam fazer essas contribuições, e, portanto, se viesse um Banco Central e pedisse colaboração de Santo Domingo, era impossível cumprir com essa quota ao Banco Central que estava solicitando a colaboração, então foi um acordo de cavalheiros de 84, que não está escrito em nenhum lugar. Quando fizemos o levantamento de todos os relatórios da Comissão, encontramos o compromisso dos Bancos Centrais, e há relatórios até 87 da possível reativação do Acordo, mas os Bancos Centrais nunca combinaram reativar o Acordo de Santo Domingo.

Hoje em dia, devido ao fato de que é automática a adesão a Santo Domingo quando um Banco adere ao Convênio de Pagamentos, os Bancos Centrais manifestaram sua preocupação de que fosse possível que um Banco Central quisesse utilizá-lo, e não há nada escrito, de forma expressa, de que está suspenso, então, por isso, encomendaram à Secretaria-Geral que fizesse uma análise jurídica para ver de que maneira se podia suspender formalmente e apresentar para o próximo Conselho uma recomendação nesse sentido. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário. Há outras intervenções? Muito obrigado pela informação.

6. Assuntos diversos

...O sexto ponto da Ordem do Dia é assuntos diversos. Oferece-se a palavra aos senhores Representantes, caso queiram apresentar algum problema. Senhor Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, senhor Presidente. Há uma política do Secretário-Geral de informar, em tudo o que for possível, ao Comitê, e vou referir-me à avaliação de desempenho dos funcionários da Secretaria-Geral. Os capítulos sexto e sétimo da Resolução 311 do Comitê de Representantes prevêm a realização de avaliações anuais aos funcionários e a eventual outorga de estímulos ao desempenho baseado nos resultados das avaliações.

Concretamente, o artigo 30 da Resolução 311 do Comitê de Representantes dispõe que a avaliação será de caráter anual, e no anexo segundo do Regulamento de Pessoal, aprovado pela Diretriz de Administração Nº 13/07, de 30 de março de 2007, requer-se que os superiores hierárquicos avaliassem unicamente aqueles funcionários que tenham estado sob sua supervisão por um período mínimo de seis meses, devendo ter presente, que, ao integrar a Comissão de Avaliação de Desempenho, os supervisores devem ter um conhecimento pormenorizado de todos os funcionários da Secretaria-Geral, bem como das tarefas que cada um deles realiza.

A possível avaliação a ser realizada não abrangeria o prazo de um ano previsto na CR/311, já que os superiores hierárquicos, embora cumpram funções de mais de seis meses, não conhecem com detalhe as tarefas, o desempenho de cada funcionário e a Secretaria, posto que faz menos de um ano que se desempenham na mesma.

O tempo transcorrido desde que assumiram os atuais supervisores resulta insuficiente para que existam os parâmetros que permitam reunir critérios de objetividade com base no conhecimento pormenorizado dos funcionários a serem avaliados, devendo ter presente a conveniência de minimizar as possíveis reclamações por meio de ato administrativo à Secretaria-Geral, que poderia ter um custo maior que a soma a ser distribuída pelo conceito de estímulos ao desempenho.

Em consequência, resolvi postergar a avaliação de desempenho para março de 2011, quando as datas requeridas nas disposições regulamentares já terão sido cumpridas cabalmente.

Solicita-se ao Comitê de Representantes que dê destino às parcelas destinadas aos estímulos de desempenho e não adjudicadas em virtude das razões expostas. Obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, senhor Secretário-Geral. Oferece-se a palavra a esse respeito ou para outros assuntos que considerem necessários.

Não havendo outros pontos, encerra-se a sessão. Muito obrigado.
